

REFLEXÕES A RESPEITO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ESTRUTURADA



MARIA MADALENA PEDROSA RAMALHO

Graduada em Pedagogia pela Faculdade DE Educação Paulistana (FAEP), concluída em 2021. Segunda Graduação em Educação Especial, pela UNICV, em 2025. Pós-graduada em Arte de contar histórias, pela Faconnect em 2024..

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explorar reflexões sobre a educação singular, a instrução abrangente e as diversas restrições. A estrutura educacional combinada surge como uma opção inovadora em contraposição à tradicional e exclusivamente acadêmica, caracterizando-se por sua abertura e acolhimento sem discriminações de gênero, idade, origem socioeconômica, situação financeira, grupo étnico, evitando a segregação dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem nas salas regulares, os quais frequentemente eram marginalizados ou excluídos das instituições convencionais. O objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso é examinar, primeiramente, as políticas educacionais dos governos anteriores em relação à educação específica e sua transição - progresso em direção à escola inclusiva e a forma como a educação integrativa e a escola abrangente têm sido moldadas em nosso país. Em um segundo momento, pretendemos destacar a mudança na política educacional em direção à antiga ideia de instrução especial em detrimento dos grupos excluídos e da camada social mais vulnerável, apesar das declarações governamentais sobre integração econômica, política, social, cultural e educacional. Para concluir, sugerimos, em um terceiro ponto, uma nova abordagem para a escola abrangente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Integração; Estratégia Educacional; Deficiência.

INTRODUÇÃO

Com base na legislação nacional referente à Educação Integrada no Brasil (Brasil, 2008, p. 15), os estudantes do Ensino Especial compreendem "[...] indivíduos com limitações, distúrbios

amplios de crescimento e talentos/brilhantismo elevados". Além disso, o auxílio se estende a cenários envolvendo alunos com obstáculos de leitura ou falta de foco.

A Educação Especial teve seu início no Brasil com a fundação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos em 1854. De acordo com Fialho (1978), o instituto foi concebido por José Alvarez de Azevedo, o primeiro educador cego do Brasil, com a aprovação do Imperador Dom Pedro II por intermédio do médico José Francisco Xavier Sigaud, que era o pai de Adélia Sigaud, aluna de Alvarez de Azevedo. Impressionado com as realizações de Adélia por meio da adoção do sistema Braille, o médico facilitou um encontro entre o professor e o Imperador.

Segundo Kassar (2011), apesar das primeiras iniciativas inclusivas no Brasil, somente nas décadas recentes a luta pela educação universal ganhou força, partindo do pressuposto de que o Instituto Nacional dos Jovens Cegos atendia a uma parcela restrita da população e as abordagens inclusivas diferiam das estipuladas na legislação atual do país.

A batalha por uma sociedade justa, por um mundo onde todos possam desfrutar da liberdade de expressão e crença, vivendo sem temor ou privações, com base no reconhecimento da dignidade de todos os seres humanos e na igualdade de direitos fundamentais, deu origem à elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento representa um movimento global do qual o Brasil é parte integrante.

Debater a educação inclusiva implica em modificar uma sociedade segregacionista, promovendo a participação de todos os estratos sem distinção de posição financeira, sociocultural, étnica, de gênero ou política. Para edificar essa nova sociedade, é crucial o engajamento de cidadãos, autoridades governamentais e organizações sociais, incluindo a educação, que pode ser um instrumento para fomentar a igualdade e equidade social, não apenas no âmbito educacional, mas também na comunidade em geral (FACION, 2008, p. 55).

No entanto, a educação tem sido impactada por alterações na política econômica, com reduções no orçamento e a promoção da "suposta igualdade", oferecendo bolsas de estudo para alunos "talentosos" de origens menos favorecidas, enquanto os recursos destinados ao Ministério da Educação Pública e universidades públicas são reduzidos. A expansão do setor privado é favorecida em todas as esferas, ao passo que o acesso dos jovens ao ensino superior é limitado por exames de admissão, excluindo os menos privilegiados da escola pública.

Essas políticas, ao mesmo tempo em que concedem bolsas, perpetuam a discriminação social e a exclusão de grupos marginalizados. As políticas educacionais para meninos e meninas com necessidades especiais estão em constante evolução, passando de uma escola integrada para um esboço inicial de uma escola inclusiva. Contudo, simultaneamente, são impostas classificações pela Subsecretaria de Educação Básica, definindo as deficiências, o que pode resultar em segregação e minar a dignidade das pessoas. Portanto, a escola inclusiva representa uma inovação e uma abertura democrática para acolher membros de todas as camadas sociais.

OS GRUPOS VULNERÁVEIS

Uma característica de uma sociedade que acolhe a todos é garantir que as escolas estejam acessíveis a todos os indivíduos que desejam participar, proporcionando a todos um ambiente e

acesso a uma educação de qualidade. É essencial que todos permaneçam no sistema educacional, participem ativamente das atividades e interajam com a comunidade educativa e a sociedade em geral.

Superar disparidades, eliminar obstáculos à aprendizagem, lidar com a diversidade e atender às necessidades de todos os alunos são desafios complexos, especialmente quando insistimos em categorizar, isolar, diferenciar ou marginalizar. Uma escola inclusiva não surge instantaneamente; é o resultado de um longo processo que evoluiu desde a concepção de educação especial até a concepção contemporânea de uma escola que acolhe a todos.

Para estabelecer uma escola inclusiva, é vital construir uma sociedade que celebre a diversidade, reconhecendo nossas distinções, talentos, habilidades, conhecimentos e ignorâncias. Uma sociedade verdadeiramente democrática não apenas de nome, mas na prática, deve assegurar que todos os seus integrantes se sintam igualmente capacitados para participar ativamente em todos os aspectos da vida, incluindo o acesso a serviços essenciais como saúde, educação e moradia, independentemente de sua condição social, gênero, idade, crenças ou origem étnica.

Rosseto (2005, p. 42) salienta que:

A inclusão não se resume a uma simples transferência de alunos de uma escola especial para uma regular, ou de professores especializados para professores regulares. É um processo de longo prazo que impulsiona a reestruturação da escola, tornando-a diversificada para maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Uma sociedade inclusiva acolhe todos os membros, independentemente de sua posição social, sem discriminação, exclusão ou limitações ao desenvolvimento pessoal e coletivo. É crucial que todos encontrem seu lugar nessa sociedade, sem serem marginalizados dos espaços onde a vida em comunidade se desenrola. A escola desempenha um papel central na transformação da sociedade, da reprodução para a produção com igualdade e justiça, sendo o epicentro em torno do qual a política de inclusão social deve girar.

A EDUCAÇÃO E A CIDADANIA

O processo educativo nas instituições envolve o fomento da cidadania, que pressupõe o envolvimento ativo dos indivíduos em assuntos que impactam suas comunidades, sejam elas familiares, profissionais, sociais ou de poder. Esse engajamento implica em solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, de modo que a responsabilidade pela educação não recaia somente sobre os professores, mas também sobre os próprios alunos, autoridades, pais e figuras civis. Dessa forma, a educação inclusiva implica em uma responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e no suporte às crianças com necessidades educacionais específicas, sem rotulá-las com deficiências físicas, visuais, auditivas, entre outras.

A capacidade de acolher colegas com essas características é um dos objetivos da educação, buscando integrar não apenas aqueles com necessidades educacionais especiais, mas também aqueles que enfrentam dificuldades em frequentar a escola, indo além da mera tolerância para promover uma postura ativa de aceitação e inclusão em todas as atividades educacionais e extracurriculares por parte dos professores e colegas. Assim, é promovida uma cultura de convivência e

apoio mútuo, em oposição a uma mentalidade puramente competitiva.

Em uma sociedade capitalista, influenciada por políticas neoliberais que valorizam a competitividade como fator-chave para o sucesso e conforto, torna-se desafiador alcançar a utopia de uma escola verdadeiramente equitativa e justa. Entretanto, foram as utopias que moldaram sociedades ao longo da história, e a convicção de que "a educação contribui para a coesão social ao promover a convivência e oferecer oportunidades de integração na vida produtiva, desenvolvimento cultural e participação nas instituições sociais" é a base para construir uma utopia que possa impulsionar uma transformação profunda na sociedade em termos de valores e atitudes em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Uma abordagem educacional inclusiva reflete, portanto, os princípios de uma sociedade democrática, igualitária e acolhedora. A mudança política em direção a uma democracia global deve se refletir na esfera educacional - tanto coletivamente quanto individualmente - para promover uma sociedade mais cooperativa e solidária. Esta abordagem educacional não recebeu prioridade por parte de especialistas do passado, que não exploraram questões relacionadas à educação especial, políticas de integração ou educação inclusiva.

A inclusão no contexto educativo demanda não apenas uma visão nacional, mas também internacional, como diretriz política para os países membros das Nações Unidas. Portanto, é fundamental reconhecer que, para a UNESCO (1990, p.94):

Inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas de ensino para responder à diversidade dos alunos. É crucial a efetivação do direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com especial destaque para aqueles que por motivos diversos são excluídos ou em risco de serem marginalizados.

A política educativa direcionada às crianças com exigências educativas singulares em todos os territórios não manteve uma uniformidade ao longo dos tempos: partindo de uma abordagem segregacionista e separatista que propunha a criação de espaços especiais para crianças com certas carências, até a ideia da escola integradora, sem considerar devidamente o que significa integração escolar, como poderia ser implementada e que ajustes curriculares seriam necessários para alcançá-la, bem como que tipo de orientação deveria ser oferecida aos educadores em formação e em serviço; não se pensou também na disponibilização de auxiliares para apoiar o ensino em sala de aula quando lidando com alunos com essas particularidades.

Atualmente, as mudanças democráticas devem permear o ambiente escolar, a fim de moldar os futuros cidadãos sob uma visão de sociedade renovada. A democracia na área educacional começa com o acesso à escola, garantindo que nenhum indivíduo fique excluído e que todos - crianças, adolescentes, adultos, homens e mulheres, com ou sem deficiência - tenham suas demandas básicas de aprendizado atendidas.

Essa concepção vai além da simples ampliação dos serviços educacionais, considerando os contextos sociais, econômicos, políticos e culturais dos alunos, visando fomentar a aquisição de habilidades que facilitem a aprendizagem, melhorem a qualidade de vida e promovam o desenvolvimento econômico, social e cultural, resultando em um aprimoramento das habilidades profissio-

nais e da qualidade de vida.

Não se trata apenas de dominar as habilidades básicas de leitura, escrita, comunicação oral, cálculo e resolução de problemas como metas finais da educação, mas sim de utilizá-las como alicerces para um progresso humano mais substancial, por meio de conteúdos fundamentais, conhecimentos teóricos, valores práticos e atitudes necessárias para a sobrevivência, pleno desenvolvimento das capacidades, vida digna, participação ativa no desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, tomada de decisões informadas e contínua aprendizagem.

Uma democracia educacional concebida dessa forma seria insuficiente para abraçar uma série de cidadãos frequentemente marginalizados do sistema educacional, incluindo aqueles com deficiências de qualquer natureza - alguns mais prejudicados do que outros, mas segregados ou, pior ainda, alvo de discriminação por parte da sociedade, escola e cidadãos.

Portanto, a democracia sem uma remodelação escolar é incompleta; e essa, sem alterações sociais, é uma utopia vazia. A política educacional no Brasil tem sido marcada por sua inconsistência em relação a esse grupo da população. Desde a negligência total da educação especial até a abordagem da escola integrada e a proposta moderada de uma escola inclusiva.

A ANTIGA FORMA DE ENSINO

A trajetória da instituição escolar percorreu diversas etapas e desempenhou variados papéis ao longo dos tempos, passando de um ensino exclusivo para a elite, educando os filhos das classes privilegiadas, a um instrumento para treinar trabalhadores e prevenir o ócio e a criminalidade juvenil, além de um meio para preparar futuros profissionais. Assim surgiu a escola pública. Por outro lado, historicamente a Igreja Católica tem desempenhado um papel fundamental na formação de indivíduos dedicados a auxiliar crianças desfavorecidas por meio da educação, visando formar bons seguidores da fé e, conseqüentemente, bons membros da sociedade.

Durante quase trezentos anos, o governo brasileiro não adotou medidas significativas para educar a população, e somente a partir da terceira década do século XIX é que se iniciou um esforço nesse sentido. Entre 1834 e 1934, no Brasil, houve um crescimento gradual, porém consistente, do acesso à educação básica pública nas redes estaduais e municipais (LEÃO, 2005, p.2).

Atualmente, nem todas as instituições acolhem crianças desfavorecidas em suas salas de aula, e muito menos podemos afirmar que são inclusivas; são mais bem descritas como elitistas, devido às altas mensalidades. Portanto, a escola privada tradicional não promove a inclusão.

Historicamente, a escola pública foi considerada tradicional, não apenas por seus métodos de ensino, mas também por seu objetivo de formar cidadãos exemplares. Assim, todo cidadão, menino ou menina, tem o direito de receber educação nas escolas públicas, independentemente de sua origem social, religião, raça ou condição física. Na prática, isso resultou na exclusão do "diferente" e do "anormal", sem considerar a possibilidade de incluir meninos e meninas com deficiências entre os grupos considerados "normais". Era uma manifestação de intolerância e rejeição à diversidade. Esse comportamento era considerado natural, pois a escola tinha como objetivo

formar cidadãos saudáveis, produtivos e íntegros.

A CLASSIFICAÇÃO TRADICIONAL DE DEFICIÊNCIAS E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para compreender a transição da escola tradicional para a escola inclusiva, é relevante analisar a concepção tradicional de deficiência, que justificava a segregação das escolas "normais" e a existência de instituições educacionais especiais.

[...] Uma das diferenças fundamentais entre os cientistas naturalistas e os socialistas está na maneira como encaram as diferenças na constituição biológica das pessoas. Quando vista como uma barreira socialmente intransponível, a disfunção biológica resulta na exclusão das pessoas de atividades que sua condição dificulta. A exclusão é justificada, inicialmente, com a espera de avanços científicos que possam corrigir biologicamente a anomalia. Porém, enquanto essa correção não ocorre, as barreiras aumentam, uma vez que a exclusão em si cria outras barreiras ao desenvolvimento intelectual, num ciclo contínuo. Assim, a deficiência é gerada. (TUNES, 2003, p. 9)

Atualmente, segundo a definição da Organização Mundial da Saúde, deficiência é compreendida como:

[...] A perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que pode ser temporária ou permanente. Deficiência abrange a presença ou surgimento de uma anormalidade, defeito ou perda em um membro, órgão, tecido ou qualquer outra parte do corpo, incluindo sistemas de função mental. (OMS apud TUNES. 2003, p.79)

De acordo com Tunes (2003, p.97) Na pedagogia contemporânea, o termo deficiência foi substituído por incapacidade, que é definida como:

[...] Qualquer limitação ou impedimento à capacidade de realizar uma atividade de forma ou dentro dos limites considerados normais para os seres humanos. A incapacidade se manifesta como excessos ou insuficiências no desempenho de uma atividade rotineira, que pode ser temporária ou permanente, reversível ou como resultado direto da deficiência ou como resposta do indivíduo, especialmente psicologicamente, a deficiências físicas, sensoriais ou outras.

Isso levou ao desenvolvimento de classificações mais específicas para diferentes formas de incapacidade, como a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, que busca categorizar de forma abrangente e detalhada.

A incapacidade impacta diversas habilidades e, conseqüentemente, pode ser categorizada da seguinte forma:

1. Limitação física: Comum em casos como poliomielite, dano à medula espinhal (paraplegia ou tetraplegia) e cirurgias de amputação.
2. Deficiência perceptiva: Engloba deficiências visuais, auditivas e desafios na comunicação e expressão linguística.
3. Desvantagem cognitiva: Caracterizada por redução nas funções cerebrais superiores, incluindo capacidade intelectual, linguagem, aprendizado, entre outras, como atraso mental, síndrome de Down e paralisia cerebral.
4. Desordem mental: Envolvendo problemas neurológicos e cerebrais.

Essas análises deram origem à Educação Especial, destinada a atender crianças e adultos com essas limitações, ou, na terminologia atual, habilidades diversas.

CAPACIDADES NOTÁVEIS: Conjunto de atributos que permitem aos estudantes se destacarem de forma significativa em áreas como científico-tecnológica, humanístico-social, artística e/ou motora. Demandam um ambiente facilitador para desenvolver suas habilidades e atender suas necessidades para benefício próprio e social.

AUTISMO: Condição que afeta interações sociais, comunicação e comportamentos. Desafiador de identificar e frequentemente subdiagnosticado.

SURDEZ: Perda auditiva que requer um estímulo sonoro superior a 70 decibéis. Comunicação visual preferencial.

AUDIÇÃO: Perda auditiva leve a moderada que requer estímulo sonoro de até 70 decibéis. Beneficiam-se de aparelhos auditivos.

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: Limitações no funcionamento intelectual e adaptação comportamental, refletidas em habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas.

LIMITAÇÃO FÍSICA: Desafios na coordenação do movimento e postura, com necessidade de modificações e dispositivos de assistência.

MÚLTIPLAS DIFICULDADES: Quando uma pessoa enfrenta mais de uma limitação física, sensorial e/ou intelectual.

BAIXA PERCEPÇÃO VISUAL: Limitação visual que dificulta tarefas visuais, mas pode ser melhorada com dispositivos ópticos e adaptações.

CEGUEIRA: Ausência total ou parcial da visão.

Essas condições exigem suporte especializado e atenção adequada dos pais, educadores e da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma escola inclusiva não deve exigir exames de admissão, nem discriminar com base em fatores econômicos, de origem ou sociais. Ela não deve classificar os alunos por habilidades intelectuais que promovam competição e individualismo, nem destacar a superação pessoal ou obrigações de participação em eventos nacionais. Em vez disso, uma escola inclusiva deve incentivar a colaboração, aceitação, diálogo horizontal e tratar todos os alunos com equidade, independentemente de gênero, idade, posição social, religião, política ou etnia.

A promoção de uma escola inclusiva é uma política crucial para atender às necessidades educacionais de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos.

Esta jornada é desafiadora, mas os resultados seriam certamente inspiradores para as co-

munidades atendidas. Não basta ter uma educação intercultural bilíngue; é essencial ter uma educação que atenda às necessidades da população de acordo com as características geográficas da região, sua estrutura social e suas capacidades produtivas. O respeito pela cultura, língua e singularidade das pessoas é o principal estímulo para a construção de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

LEÃO, S. T. F. L. **Breve análise sócio - histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental**. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse_Teixeira_Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf. Acesso em 3 jun.2025.

ONU, "**Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência**", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

ROSSETO, M. C. **Falar de inclusão... falar de que sujeitos?** In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

TUNES, E. **Por que falamos de inclusão?** Linha Crítica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Satisfaction of Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais**. Salamanca, 1994.